

**PESQUISA-INTERVENÇÃO COM UM COLETIVO LGBTQIA+:
ENFRENTAMENTOS E INSURGÊNCIAS NA PERIFERIA DO GRANDE BOM
JARDIM, EM FORTALEZA**

RESUMO

O debate da diversidade de gênero e da promoção da igualdade é uma das principais pautas articuladas por diversos coletivos e movimentos sociais, dos quais se apoiam em recursos interventivos educativos e artísticos para combater a opressão e regimes de exclusão social contra a população LGBTQIA+, sobretudo quando estes habitam territórios periféricos e marginalizados. Objetivou-se discutir as lutas por estratégias de visibilidade LGBTQIA+ no território do Grande Bom Jardim a partir de um Coletivo Juvenil implicado as questões da diversidade de gênero. A pesquisa ocorreu na cidade de Fortaleza em uma de suas periferias, que é o Grande Bom Jardim. Metodologicamente, foi desenvolvida uma pesquisa-intervenção sob manejo da cartografia. Este estudo se trata de um recorte de uma pesquisa maior, que nesse artigo analisou especificamente o desenvolvimento de uma entrevista de grupo com um coletivo juvenil LGBTQIA+. Participaram três integrantes pioneiros do coletivo desde sua fundação e, a pesquisa ocorreu entre Outubro de 2020 e Fevereiro de 2021 na modalidade online. Os resultados e discussão indicam que os vetores de mobilização do coletivo estão presentes em aspectos subjetivadores: o sentimento de pertença ao território, o reconhecimento de uma vida juvenil marcada pela condição de periferização, integração com a comunidade na busca com esta fortalecer suas potencialidades. Já, na perspectiva da grupalidade do coletivo, seus aliançamentos com os equipamentos, a comunidade, outros coletivos e movimentos sociais tornam suas intervenções consolidadas na busca pela promoção da igualdade e da diversidade no anseio de políticas públicas. Portanto, ao indagarmos sobre as questões elencadas e discutidas nesse estudo, passeamos pela vulnerabilização e precarização da vida da população LGBTQIA+ quando estas/es/os falaram sobre suas motivações, seus entusiasmos, suas frustrações e suas indignações.

PALAVRAS-CHAVE: PESQUISA-INTERVENÇÃO. GÊNERO. COLETIVO JUVENIL. LGBTQIA+. RESISTÊNCIA.

ABSTRACT

The debate on gender diversity and the promotion of equality is one of the main agendas articulated by several collectives and social movements, which rely on educational and artistic interventional resources to combat oppression and regimes of social exclusion against the LGBTQIA+ population, especially when they inhabit peripheral and marginalized territories. We aimed to discuss the struggles for LGBTQIA+ visibility strategies in the territory of Greater Bom Jardim from a Youth Collective implicated in gender diversity issues. The research took place in the city of Fortaleza, in one of its peripheries, which is the Grande Bom Jardim. Methodologically, a research-intervention was developed under the management of cartography. This study is a section of a larger research, which in this article specifically analyzed the development of a group interview with an LGBTQIA+ youth collective. Three pioneering members of the collective since its foundation participated and, the research took place between October 2020 and February 2021 in the online modality. The results and discussion indicate that the vectors of mobilization of the collective are present in subjective aspects: the feeling of belonging to the territory, the recognition of a juvenile life marked by the condition of peripheralization, integration with the community in the search with this community to strengthen its potentialities. In the perspective of the groupality of the collective, their alliances with the equipment, the community, other collectives and social movements make their interventions consolidated in the search for the promotion of equality and diversity in the longing for public policies. Therefore, when we asked about the issues listed and discussed in this study, we went through the vulnerability and precariousness of the lives of the LGBTQIA+ population when they talked about their motivations, their enthusiasm, their frustrations and their indignations.

KEYWORDS: RESEARCH-INTERVENTION. GENDER. YOUTH COLLECTIVE. LGBTQIA+. RESISTANCE.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de discutir as lutas por estratégias de visibilidade LGBTQIA+ no território do Grande Bom Jardim a partir de um Coletivo Juvenil implicado as questões de gênero e diversidade¹. Parte de um estudo metodológico com delineamento na Pesquisa-Intervenção (PI) sob o método da cartografia. A pesquisa de campo foi realizada anteriormente durante o período de Outubro de 2020 a Fevereiro de 2021. O desenvolvimento desse estudo faz parte de um recorte da pesquisa de doutoramento em Psicologia vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia de uma universidade pública².

Como a pesquisa de campo anteriormente citada se destinou para a construção de uma tese de doutoramento, a intenção desse estudo para a conclusão da Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos³ é de trabalhar unicamente com um recorte, cujo tratamento se destina a analisar um grupo de discussão realizado com um coletivo juvenil LGBTQIA+. Ao traçar essa investigação, propõe-se enfatizar como os desafios e as lutas por visibilidade são tecidas pelo coletivo LGBTQIA+ cotidianamente, além de situar a história militante do debate de gênero no território de periferia do Grande Bom Jardim na cidade de Fortaleza-CE.

Focaliza-se nesse estudo as estratégias de lutas tecidas por sujeitos LGBTQIA+, reconhecendo que os atravessamentos de gênero são estruturas sociais que fundamentam as relações de poder e sociais presentes no funcionamento dos diferentes territórios de sociabilidade (GOMES FILHO et al., 2021). O gênero é entendido como um dispositivo que possibilita o dizível e visível do discurso social. O conceito de gênero articulado nesta pesquisa se destina a compreender os fenômenos subjetivadores da vida cotidiana de corpos inscritos nas dissidências sexuais e das relações genderizadas (SCOTT, 1995) pelos sistemas de poder e das conjunturas de saber que permitiram ao longo da história delimitar condutas e controles dóceis sobre as sexualidades não hegemônicas (FOUCAULT, 1979; 1988; 2004; 2014; 2016).

¹ Adotamos a sigla LGBTQIA+ para apresentar as políticas de identidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Agêneros. O caractere “+” indica outras possibilidades de genderização dos modos de vida além dos supracitados. O nome do coletivo juvenil foi suprimido na apresentação desse artigo científico.

² Apesar da pesquisa de campo (coleta de dados) esteja concluída, o autor principal segue em desenvolvimento do produto final, a tese de doutorado intitulada “Bricolagem, alianças e produção do comum”: Cartografia das práticas culturais periféricas de coletivos juvenis em Fortaleza”. A pesquisa de doutoramento é vinculada a Linha de Pesquisa Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP-UFC).

³ Curso de Especialização Lato Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

A composição de coletivos na esfera da militância é um fenômeno grupal que aguçou as lideranças políticas e esferas da visibilidade social a partir da década de 1980 em diversos países, sobretudo no Brasil tem sido importante para o desenvolvimento de novas diretrizes antiautoritárias, implementação de políticas sexuais a conjuntura legislativa, bem como romper com a supremacia das tradições heterossexistas e questões morais-religiosas que tendem a atualizar as questões de estigmas e preconceito relacionados a população LGBTQIA+ (SANTOS, 2016). Essa militância muitas vezes não apenas é impulsionada pela demanda de alcançar as instituições de poder, como o Estado, mas o próprio fortalecimento do pertencimento subjetivo com o território e suas intersecções sociais da diferença (gênero, raça e classe), que em sua maioria são territorialidades marginalizadas e estigmatizadas (CRENSHAW, 2002; LIMA, 2018).

O movimento LGBTQIA+ é plural e heterogêneo, reforçando sua intenção de abordar o campo da alteridade e da identidade como uma política de vida, cuja relação aqui empreendida é de tematizar as diferenças dentro das diversidades de subjetivação (SANTOS; AMANCIO, 2014). Para focalizar os desafios do movimento LGBTQIA+, tendo em vista a escuta de campo realizada com integrantes trans⁴ de um coletivo da periferia, tensionamos o lugar do movimento LGBTQIA+ na pauta da visibilidade dos corpos genderizados e periferizados e, principalmente da trivial guerra aos regimes patriarcais e machistas que operam sobre as relações (PORCHAT; OFSIANY, 2020).

As questões de gênero já foram objeto de investigação sobre o prisma de compreender as questões relacionadas a genderização de corpos femininos e o recrudescimento do (trans)feminicídio (JESUS, 2014; NOLETO, 2018; MELO, 2019; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020), que mesmo não sendo diretamente o objeto de pesquisa deste estudo, permite tensionar e problematizar a relação do corpo feminino e sua vulnerabilidade nas relações de poder sobre os corpos de sexualidades dissidentes. Isto é, buscamos ampliar um olhar sobre a cotidianidade dos corpos LGBTQIA+, majoritariamente marcados pela violência repressiva performática do feminino, e suas interfaces na produção de alianças de visibilidade como tática de sobrevivência para os sistemas de opressão e da dignidade dos modos de vida, tal como abordam as autoras Sampaio & Germano (2017).

O coletivo juvenil LGBTQIA+ participante dessa pesquisa é organizado por jovens moradores do Grande Bom Jardim que se aliam politicamente e artisticamente diante da ausência e ineficácia das políticas públicas, oportunidades no mercado de trabalho, falta de

⁴ O termo trans se aplica ao campo identitário/alteritário de pessoas que assumem um gênero que diverge daquele atribuído em função da sua condição sexual biológica.

acolhimento nos espaços como Família, Escola, Igreja e, sobretudo na luta contra o avanço da mortalidade da população LGBTQIA+. O coletivo se pauta também na emergência de produzir visibilidade e militância da temática, uma vez que reconhecem a falta de representação no território.

O Grande Bom Jardim⁵ é uma territorialidade marcada pela recrudescida alta taxa de violência letal contra a juventude periférica, guerras as drogas e intensa disputa de poder entre facções criminosas, somado a precarização de assistencialidade como saneamento básico, políticas públicas de lazer e cultura, além das representações estigmatizadoras da população, que em sua maioria é uma população negra, pobre (BARROS et al, 2018; CAVALCANTE et al, 2021). Foi também no território do Bairro Bom Jardim que aconteceu o linchamento e assassinato da travesti Dandara dos Santos em 2017, cujo caso teve ampla repercussão nacional e internacional, através das mídias e foi cenário para comoção social e impeditivo de justiça contra o crime de transfeminicídio de uma mulher que foi brutalmente e covardemente ceifada (MELO, 2019; BILITÁRIO; FREIRE, 2020). Dandara, presente!

Frente a isso, este estudo se insere na linha de pesquisa intitulada “feminismos e políticas de enfrentamento a violência” vinculada ao curso de especialização, cuja orientação norteia o campo temático deste estudo, faz referência ao conteúdo produzido e transcrito do grupo de discussão com o coletivo juvenil. Visando dialogar acerca dos desafios das lutas dos corpos dissidentes de gênero e sexualidades, justifica-se a realização dessa pesquisa para contribuir com as reflexões acerca das epistemologias LGBTQIA+ e feministas, e principalmente sobre as violências de gênero enfrentadas pelos integrantes do coletivo juvenil na periferia de Fortaleza.

Para o desenvolvimento do estudo, delimitou-se a seguinte pergunta de pesquisa: como são tecidas as lutas de visibilidade LGBTQIA+ através de integrantes de um coletivo juvenil da periferia de Fortaleza? Visando problematizar essas lutas, a compreensão sobre a função social e de estatuto independente do conceito de gênero se faz importante para entender o campo da alteridade e da formulação de problemas, uma vez que a pauta do coletivo juvenil LGBTQI+ entrevistado para este estudo foi criado em virtude da visibilidade da pauta de gênero no território de periferia.

⁵ O território do Grande Bom Jardim é composto pela aglutinação geográfica de cinco bairros circunvizinhos: Bom Jardim, Siqueira, Granja Portugal, Granja Lisboa e Canindézinho.

1.1 Gênero como dispositivo dos modos de subjetivação

O conceito de gênero é polissêmico e atravessado de significados acerca da experiência humana. Embora se reconheça hoje sua significação atribuída às dissidências das sexualidades, o que por muito tempo também foi controverso, na contemporaneidade é um conceito que permite representar os modos de ser, sobretudo na alteridade. É um conceito cunhado pelas feministas e atribuído ao campo das relações sociais para desmistificar a pretensa equidade entre homens e mulheres, ou de que, romper com a diferença de papéis sexuais resolveria todo um legado de sujeição e autoritarismos sobre o corpo feminino (SCOTT, 1995).

Em sua totalidade, a luta feminista foi o berço para a visibilidade de um debate sobre gênero que não se pertencia somente ao campo das ciências naturais, na qual respondia a chancela das diferenças de papéis masculinos e femininos, pois, o que era reivindicado já não era mais os antagonismos sexuais, mas a condição de liberdade e da valorização da história contada pelas mulheres. Esse movimento alavanca a partir da década de 1980 e possibilita que o gênero seja um analisador para as relações entre os sexos, as construções culturais, a maquinação genderizada dos corpos sexuados e, sobretudo, a experiência do feminino na cadeia das relações de poder tecidas na sociedade (SCOTT, 1995).

Esse conceito passou a ser estudado nas diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e História, e em cada área a categoria foi ganhando um estatuto de independência analítica. Em comum partilha, é identificado a herança do discurso biomédico como diretrizes de normalidade da liberdade sexual dos indivíduos, isto é, não somente o comportamento passou a ser controlado pelas construções culturais do gênero como também a direção psicológica do pensamento. Percebe-se que o reflexo desse ordenamento na leitura dos processos de genderização contribuiu nos casos em que desafiavam as ciências naturais que, como os corpos hermafroditas e andrógenos, fossem estereotipados a favor da figura masculina, de tal modo favorecendo os regimes de sujeição da feminilidade (AMANCIO, 2001).

Essa relação biologizante predominante às sombras do conceito de gênero foi responsável por estigmatizar a “natureza” do feminino e impor regimes de domínio sobre os corpos das mulheres, bem como para as dissidências sexuais em geral, cuja relação de causalidade é uma condição de nosso sistema androcêntrico de conhecimento – o homem no centro, que não apenas inferiu historicamente o controle das mulheres, mas a perversa condição de inferioridade feminina seja no âmbito psicológico, cognitivo, físico, social e da

alteridade. Vê-se esse efeito na exclusão das mulheres no quesito cidadania por muito tempo, e principalmente, na restrita “ascensão social” deliberada para a posição da maternidade e cuidadora do lar (NOGUEIRA, 2001).

Frente a esses regimes de domínio e subserviência ao homem, que o movimento feminista se consolida e duela contra os modos de opressão. Em especial, a terceira onda do movimento que emerge a partir da década de 1990, com ênfase no ativismo queer e do feminismo negro, potencializou os emblemas das duas primeiras ondas, o direito civil e a liberdade sexual nos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, cujo efeito permitiu tornar intensificado as pautas de emancipação do feminino. Um analisador importante também para a contribuição do movimento é o conceito de interseccionalidade⁶ que se somou as experiências distintas das mulheres em suas experiências singulares. Vê-se então, um fortalecimento da categoria de gênero como um fenômeno social, histórico, linguístico, psicológico e ativista para a independência de corpos regidos pelo patriarcado, machismo e as violências de gênero (NOGUEIRA, 2001).

Desse modo, o gênero é um analisador também sobre o corpo, que inscreve regimes de poder e condições de liberdade para o exercício da sexualidade. Essa relação entre gênero e sexo ainda é ambivalente e permite muitas contradições sobre as identidades. A associação entre essas categorias é, na grande maioria do regime social, o que define o modo de ser e existir, ainda que o estatuto independente de gênero tenha sido amplamente discutido, ainda prevalece a chancela determinista e essencialista da genderização. Esse problema reforça a condição de diferença e igualdade atribuída as dissidências sexuais, por exemplo, como uma premissa sobre a alteridade (LOURO, 2000; BARROS, 2018).

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa desenvolvida neste estudo se orientou na abordagem qualitativa e na perspectiva teórico-metodológico da *Pesquisa-Intervenção* (PI) (ROCHA; AGUIAR, 2003; 2007, MIRANDA et al., 2017; 2018) sob o método da cartografia (KASTRUP, 2008; 2015; PASSOS; BARROS, 2015). Na PI o olhar é pautado nas relações micropolíticas, isto é, nas

⁶ O conceito de interseccionalidade foi cunhado na literatura científica como uma lente metodológica de compreensão dos sistemas de privilégio e exclusão que operam nos modos de vidas, tendo como analisadores de suas estruturas os marcadores sociais da diferença. Este conceito não apenas se aplica a estudar as condições de injustiças sociais, como também de compreender o campo da exclusão social. In: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

redes de forças que compõem o cotidiano dos sujeitos (nossos interlocutores), que sob o manejo da cartografia nos permite acompanhar os processos em movimento que se constroem na experiência da pesquisa. Para a radicalização da participação tensionamos o *ethos* da pesquisa *COM*, não somente na efetivação de um movimento coparticipe (pesquisadores e pesquisados), mas também na potencialização de uma prática de investigação científica com territórios marginalizados e periferizados historicamente.

Como caminho metodológico, a PI opera na produção de uma investigação que demanda transformação social por meio de um trabalho participativo fomentando a superação das opressões e desigualdades que envolvem a realidade. Compreende-se que o sujeito não é passivo, nem o pesquisador é o único que detém saber, mas considera-se uma coparticipação na construção de práticas que problematizam o cotidiano e desnaturalize verdades enrijecidas agenciadas entre teoria/prática e sujeitos participantes/pesquisador (ROCHA; AGUIAR, 2003; 2007, MIRANDA et al., 2018).

Nesse interim, o *ethos* da cartografia se justifica como método da PI, uma vez que cartografar é acompanhar processos mergulhados no plano da experiência e de análises implicacionais. Como na PI, a cartografia opera no traçado de uma investigação que modela seu percurso metodológico durante o caminho percorrido. “Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 31).

O pesquisador cartógrafo opera na atenção de invenção dos processos construtivos da realidade investigada, isto é, o próprio mergulho no campo e a produção compartilhada na experiência entre os sujeitos inventam a produção de análises (KASTRUP, 2008, 2015). Por isso, a pesquisa que foi desenvolvida é centrada na ideia de dispositivo que se estreita em práticas discursivas e não-discursivas produzindo subjetivações, que na cartografia como método da PI, implica problematizar num dado tempo-espço e sujeitos, dispositivos que fabricam condições que quebrem verdades e normas enrijecidas, produzam novas análises, invente novos deslocamentos e agenciamentos possíveis (BARROS; KASTRUP, 2015).

Por se tratar de um recorte de pesquisa, o movimento da processualidade da pesquisa cartográfica nesse estudo se limita apenas a apresentação do trabalho de desenvolvimento do grupo de discussão, do qual apenas exprime uma das etapas de engajamento do primeiro pesquisador na pesquisa. No entanto, salienta-se que foram desenvolvidos ao longo dos 5 meses de pesquisa encontros de vivência presencial e remotas, produção de e-book artesanal e um episódio de podcast, diários de campo e restituição pública da pesquisa.

2.2 Território de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma das periferias de Fortaleza, na região do Grande Bom Jardim (GBJ). Em números populacionais, segundo o IBGE (2010), este território mantinha em torno de 710.066 habitantes⁷. A escolha dessa região, além de seu marcador geográfico à margem do centro da cidade, justifica-se por apresentar altos índices de falta de saneamento urbano, intensificação da pobreza, precária qualidade de vida e o recrudescimento da violência urbana, sobretudo na violência letal contra a juventude, nas questões de LGBTQIA+fobia e mulheres em situação de vulnerabilidades (BARROS et al, 2019; CEARÁ, 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Optou-se por escolher a região do Grande Bom Jardim devido este constituir um território de atividades de vários movimentos sociais, organizações da sociedade civil, equipamentos de políticas públicas e outras entidades através de pesquisas e projetos de extensão da relação universidade-sociedade tratando sob diferentes perspectivas das políticas de juventudes (BARROS; ACIOLY; RIBEIRO, 2016; LAVOR FILHO, 2020; CAVALCANTE et al., 2021).

2.3 Contexto da Pesquisa

A presente pesquisa foi executada com financiamento aprovado em seleção pública vinculada ao Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ)⁸ com recurso do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) da Secretária de Cultura do Governo do Estado do Ceará em edital lançado no segundo semestre de 2020. O acompanhamento e supervisão da pesquisa intitulada “Cartografia social de práticas culturais periféricas das juventudes do Grande Bom Jardim em Fortaleza” esteve vinculada a Escola de Cultura e Arte do CCBJ no eixo de pesquisa Memória e Patrimônio Cultural. A pesquisa teve a execução de três proponentes, o primeiro autor desse artigo e dois jovens moradores do GBJ. A execução da pesquisa aconteceu entre Outubro, Novembro e Dezembro de 2020 e, Janeiro e Fevereiro de 2021, contabilizando cinco (05) meses de execução de dois eixos metodológicos: 1) aplicação de questionários quantitativos via Google Forms; 2) execução de nove (9) grupos focais com diferentes grupos/coletivos juvenis/movimentos sociais do GBJ. Ratificamos que para a construção desse estudo nos apoiamos apenas na análise e tratamento de um (1) grupo focal específico, cujo emblema é o direcionamento para as questões da diversidade LGBTQIA+ no território.

⁷ Ver nota: <http://ccbj.redelivre.org.br/grande-bom-jardim-territorio-e-contexto-social/>

⁸ Site de acesso ao Centro Cultural Bom Jardim: <https://ccbj.org.br/>

2.4 Procedimentos

2.4.1 Grupos de discussão

A pesquisa foi realizada no formato virtual/online em Plataforma Google meet. A técnica de pesquisa utilizada foi o desenvolvimento de uma entrevista semiestruturada com um grupo constituído por jovens integrantes do coletivo juvenil LGBTQIA+. A pesquisa possui aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará (UFC) sob parecer nº 4.470.814. O grupo de discussão foi gravado com autorização dos participantes. Após isso, o material audiovisual foi transcrito com recurso de Pacote Office Word. Para a realização foram convidados os integrantes do coletivo juvenil LGBTQIA+, contudo, compareceram apenas três (3) integrantes. A pesquisa foi realizada durante o momento em que o Brasil e o mundo estavam passando por uma segunda onda de transmissão e contágio de Covid-19, o que consideramos um dificultador para a participação na entrevista, além de outros fatores pessoais.

A entrevista grupal se orientou pelas contribuições de Gaskell (2008), isto é, para a preparação do grupo realizamos o convite de participação, elaboração do roteiro de perguntas e organização do espaço remoto. Já no desenvolvimento do grupo realizamos o acolhimento dos participantes, foram feitas apresentações pessoais e logo em seguida foi compartilhado para uma leitura prévia o roteiro de perguntas para que então pudesse ser solucionado alguma dúvida sobre estas. Logo em seguida, foi apresentado e solicitado a autorização da gravação de áudio e vídeo conforme orientação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, deu-se início a entrevista. Ao final do processo, foi dado os agradecimentos e solicitado feedbacks sobre o encontro.

Visto isso, operar um grupo na pesquisa cartográfica é produzir elementos compartilhados que não diferem ética e aspectos metodológicos na produção de intervenção coletiva. Todos os sujeitos envolvidos são autores da condução e resultado da pesquisa, assumindo voz, sobretudo no grupo, para fazer da participação encontros potentes de criação de territórios existenciais. Neste estudo, considera-se o grupo como formador de vínculos que inventam problematizações e situam novos deslocamentos (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). O encontro com o grupo, como dito anteriormente por se tratar de uma etapa da pesquisa maior, consolidou a articulação para a produção coletiva de um e-book que foi apresentado em restituição pública da pesquisa junto à comunidade.

2.5 Análise dos dados

A análise dos dados da pesquisa consistiu no dispositivo teórico-metodológico da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2001). O material textual da entrevista de grupo foi transcrito e foi analisado com recurso do software de análises textuais *Atlas Ti versão 9.0*. Depois disso, por meio da análise categorial de Bardin (2001), foram realizadas, no primeiro momento, leituras flutuantes para possibilitar criar as categorias de homogeneidade e representatividade dos temas. Posteriormente, foram criadas as codificações de trechos a partir de sua relevância e aderência às categorias criadas previamente. Por último, foi construída didaticamente uma discussão entre categorias apresentada na próxima sessão para explicar suas relações de sentido, cuja finalidade será de constituir a seção de resultados e discussões, a saber são: criação e trajetória do coletivo juvenil – discorre sobre a história do coletivo; lacrações e intervenções no GBJ - discorre sobre a rotina e as ações realizadas em prol da visibilidade LGBTQIA+ no território, lutas e embates frente as injustiças – discorre sobre os desafios e as desigualdades sociais de gênero impostas aos corpos LGBTQIA+ periferizados e, articulação com as políticas públicas – discorre sobre a atenção do coletivo juvenil acerca da assistencialidade de políticas públicas para a população LGBTQIA+ (BARDIN, 2001).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após operacionalizarmos o grupo focal, realizamos uma seleção de trechos emblemáticos que tratam de visualizar de forma coletiva a realidade expressada e vivida no território por parte dos integrantes do coletivo juvenil. Os trechos preservam a identificação do respondente, bem como outras condições éticas da pesquisa. Os trechos são representações dos discursos que, em suma, traduzem as experiências de desafios e potencialidades de ser jovem LGBTQIA+ na periferia e, sobretudo, a execução de práticas culturais de múltiplas linguagens artísticas e militantes no GBJ.

Em sua trajetória de criação, para garantir essa visibilidade, o coletivo inicia seu trabalho no GBJ visando não apenas identificar a representatividade de uma comunidade diversificada de gêneros, mas uma comunhão de precarizações, que mesmo maximizadas nesses corpos, também assolam a comunidade que vivem das mesmas condições de pobreza e vulnerabilidade social (MAGALHAES, 2020).

Entrevistado 2: Então, o [coletivo] surge dessa perspectiva de trazer e falar sobre as nossas vidas dentro do território do Grande Bom Jardim, que é um bairro de grande vulnerabilidade social, que é colocado na mídia como bairro violento, que é totalmente invisibilizado, e a gente está aqui pra subverter isso e mostrar que o [coletivo] não é somente as 9 pessoas que fazem parte, mas sim uma grande população que todo dia é perseguida, né, invisibilizada, morta e etc (18/12/2020).

Assim como em outros movimentos sociais já conhecidos, o sentimento de pertença de integrantes do coletivo se intensifica em legitimar a caracterização do “periférico” não mais como uma categoria de estigmatização e localização geográfica, mas como um marcador de subjetivação (GOIZ, 2015; TAKEITI; VICENTIN, 2019), isto porque, essa condição as/es/os implica a repensar as representações, as visibilidades e dizibilidades de quem as/es/os são e, sobretudo, aliançar seus projetos de vida para driblar as intemperes que insistem em ameaçá-las/es/os (AGUIÃO, 2016).

Entrevistado 1: Certo. Eu acredito assim, o Grande Bom Jardim é um território periférico só pelo fato da questão que a gente vivencia muito aqui, tanto a questão interna quanto externa, a gente é muito apontado como um território perigoso, ou... sempre direcionam a palavra pra gente com algum adjetivo negativo, “ah, é o vish, ah é o quente”, num sei o quê, então eu acho que isso por si só já “configura”, de certa forma, como uma periferia, porque as pessoas renegam e olham de forma “ruim”, digamos assim, pra tudo que é periférico, pra tudo que vem do pobre, digamos assim. E eu me reconheço assim, como um morador da periferia e me orgulho muito disso (18/12/2020).

As/es/os integrantes do coletivo são em sua maioria jovens e jovens-adultos, que além de residirem no território do GBJ, também carregam em sua trajetória de vida o ímpeto de sobrevivência por serem juventudes periféricas (DIOGENES, 2020), não apenas restringindo uma visão fatalista de que só existe caos nesse processo, mas de que é possível também lidar com isso justamente porque há um reconhecimento desse lugar de jovem morador e LGBTQIA+ na periferia (EFREM FILHO, 2016).

Entrevistada 3: Eu acho que, no meu caso, pra galera que eu vejo também, enfim, é não ter muita perspectiva. É não sonhar muito alto, é sempre ter o pé no chão e é como se fosse meio que uma regra ter o pé no chão, você não pode voar. E aí, eu acho que ser jovem na periferia é resistir duas vezes, porque você tem que se impor perante a sociedade também, é quase claustrofóbico, mas renasce. É isso, galera (18/12/2020).

Os movimentos de lacração, ainda que recentes indicam intervenções necessários do coletivo, e o trabalho desenvolvido pelo coletivo no território exige muita atenção e constante

necessidade de conscientização, não apenas porque evidentemente existem desafios postos para a pauta da tolerância e do respeito a população LGBTQIA+, mas porque esse mesmo coletivo reconhece que a repetição de ter que estar ensinando e “reeducando” (SIC) as mesmas questões constantemente, uma vez que estas/es/os integrantes estão inseridas/es/os em uma sociedade, que mesmo precarizada, ainda é chancelada pelos modos de vida heterossexista, LGBTQIA+fóbico, conservador e machista (SILVA, 2018), sendo estes também analisadores das dificuldades de ampliarem suas potências interventivas no GBJ.

Entrevistado 2: Eu acho que a comunidade assim, mesmo que nós percebemos que ainda há uma abertura, né, dentro das nossas questões dos nossos corpos, ela ainda barra muito das questões, sabe? Eu acho que é um afronte mesmo da gente todo santo dia, das nossas ações, de dizer que nós queremos realizar e nós precisamos falar sobre nós e precisamos sobreviver, né? Então, a gente quebra esses paradigmas cotidianamente, né. Hoje por conta do coronavírus, na internet, mas antes disso a gente estava nas ruas, atividades que trouxessem muitas pessoas, muitos de nós, e também muitas pessoas hétero, né, que eu acho importante também que nesses processos de educação a gente eduque mesmo, reeduque essas pessoas que são as pessoas que vão contra as nossas vidas, que não nos compreende, que não nos aceita, e a gente precisa trabalhar com esse público (18/12/2020).

Os resultados, se assim podem ser sinalizados, são concebidos em torno daquilo que o coletivo entende como impactos da cotidianidade, sobretudo, centrando pioneiro do coletivo dentro do GBJ, o que tornou mais palpável e visível uma rede de enfrentamento e apoio aos jovens que se reconhecem pertencentes a população LGBTQIA+. Tais intervenções não se restringem apenas ao trabalho de conscientização da temática, como também o acolhimento e o aliançamento de suporte dentro das políticas públicas e redes assistenciais do território do GBJ.

Entrevistado 2: A gente se tornou, pelo curto período de vida que o coletivo tem, nós nos tornamos referência, né, de ações, de chegar próximo de pessoas que não se compreendiam LGBT, se martirizavam por isso porque não conseguiam entender esse rolê, essa questão de gênero, né, que a gente acompanhou algumas pessoas transexuais que se reconheceram muito jovens estavam tendo problemas familiares e na escola, na questão também de aproximar outros equipamentos e outros coletivos do território, pra conseguir também garantias de ações que as pessoas não conseguiam dentro do território, suporte de saúde, como a testagem rápida, que a gente conseguiu trazer pro Bom Jardim, como essa questão também de uma voz mais ativa pra participar de momentos de tomada de decisões (18/12/2020).

Encontramos também ao ouvir o coletivo os efeitos engendrados nas vidas de outros jovens acerca da rede de afetividade e suporte encontrada no coletivo (HINKEL; MAHEIRIE, 2007). Os afetos que são construídos são em suma a base para o trabalho de invenção das

intervenções, isto porque as/es/os integrantes, assim como estes jovens que vão se somando as ações compartilham da mesma territorialidade, e com o coletivo juvenil passam a criar novos possíveis de enfrentamento e reconhecimento de suas identidades e de seus desejos, cujo lugar, parafraseando as/es/os integrantes é de singularidade e de confiança.

Entrevistado 1: Isso, exatamente, da galera lembrar do coletivo, eu acho que isso faz com que a gente acaba tendo... sei lá, eu acho que as pessoas acabam criando mais afeto, não só pelo coletivo, mas pela gente, pelas pessoas que integram o coletivo. Eu acho que isso de certa forma acaba afetando de forma positiva, eu acho (18/12/2020).

Entrevistada 3: Eu acho também que a juventude pode ver como um ponto seguro, quando você tá num evento que é feito pelo [coletivo], nossa, você é você, entendeu? Então eu acho que isso já é um grande impacto, e fora também as ações que o [coletivo] vem promovendo (18/12/2020).

As lutas por visibilidades são engrenagens para o coletivo juvenil no território, e a divisão da cidade de Fortaleza, que ofusca o lugar da vivência juvenil na periferia já é algo abordado não apenas por este, mas pelos demais coletivos juvenis/movimentos sociais entrevistados na pesquisa. São vários os motivos pelos quais cada integrante buscou apoio e vinculação ao coletivo juvenil, desde suporte afetivo até busca por oportunidades profissionais. Apresentamos como emblema a fala de um integrante que reverbera a necessidade de uma ocupação dos espaços do GBJ como também de pertencimento da população LGBTQIA+, seja para lazer, cultura, esporte e ponto de encontro.

Entrevistado 2: Pra mim foi isso, como eu citei, eu me senti chegar num espaço que eu não sentia mais à vontade, favorável, de ir pra outros espaços pra conseguir falar sobre mim, pra conseguir me sentir quem eu sou, de pegar na mão do meu companheiro, de beijá-lo, sem precisar ir pra Praia dos Crush, pra Boate Level, pra Gentilândia, por que eu não crio esse lugar de afeto também e de respeito dentro do meu território? Então partiu disso também, de eu querer me sentir totalmente completo e pertencente a esse território que antes era muito embaçado pra mim, porque eu tinha muitas questões sobre como as pessoas iam reagir. Quando eu parei de pensar mais nas pessoas e pensei mais em mim e no que eu queria fazer a partir daquilo, foi que eu entendi que um coletivo fazia de grande necessidade (18/12/2020).

A participação do coletivo é uma coisa também que vai ganhando força e visibilização na comunidade à medida que as intervenções vão alcançando novas juventudes, e quando estas/es/os integrantes também passam a se inserir em espaços de oportunidade profissional

(LAVOR FILHO, 2020). Estes efeitos também são sentidos em cada singularidade. O coletivo juvenil se tornou pioneiro como um movimento totalmente direcionado para as questões LGBTQIA+, mas algumas/es/uns integrantes já habitavam outros movimentos sociais e coletivos juvenis participativos no GBJ, o que produz um coletivo juvenil mais experiente e artilhado para lidar com as disputas no GBJ.

Entrevistado 1: Como eu estava falando, antes de entrar no [coletivo] eu já participava de movimentos sociais, fazia parte do Jovens Agentes de Paz - JAP, mas depois que eu entrei no [coletivo], que foi [36:05], eu senti que eu fui amadurecendo um pouco mais, porque eu nunca tinha feito cinema antes, eu nunca tinha feito, e isso exigiu de mim uma maturidade que até então eu ainda não tinha, entendeu? Eu sempre gostei muito da parte do teatro e dança, mas eu nunca levava tão a sério, e depois do [coletivo] eu senti que eu tinha que levar isso mais adiante e me comprometer ainda mais (18/12/2020).

Suas lutas por visibilidade também estão atentas à assistencialidade do Estado e o coletivo busca através das políticas publicar garantir esse direito. O coletivo desde sua criação ganhou muitos espaços de articulação no GBJ, sejam em equipamentos de políticas públicas, como também em espaços da Sociedade Civil Organizada. Uma de suas maiores alianças é o equipamento público do CCBJ, que por meio de políticas de incentivo e de acolhimento das pautas da diversidade, tem contribuído para o desenvolvimento de ações legítimas e fundamentais para a promoção da igualdade, da saúde e da garantia de vida da população LGBTQIA+ no território.

Entrevistado 2: A nossa relação com o Centro Cultural, num primeiro momento veio muito como um espaço de cobrança e de fortalecer essa parceria, né, que a gente via que tinha, que tem um grupo muito grande LGBT, só que a gente não via muitas ações específicas para nós, então a gente chegou juntinho e falou assim “e aí, como é que vai ser?” e pensamos em ações estratégicas pensadas juntas, inclusive no nosso primeiro ano de vida, a gente fez uma roda de mulheres lésbicas com a Fulana1, que era funcionária do CCBJ na época, com a Fulana2, que é jornalista e com a Fulana3, que é jovem militante. E aí foi muito gratificante, logo depois a gente também fez uma roda de entender sobre o portal da transparência, sobre as verbas que eram direcionadas para ações com as temáticas LGBT’s e por que que elas não eram realizadas e pra onde era remanejado esse dinheiro, que muitas vezes era para ações que não tinham nada a ver com as nossas vidas, e logo depois a gente chegou com o CCBJ mais o Sicrano1 pra compor o Miss Gay Bom Jardim, inclusive eu participei como jurado e muitas ações assim (18/12/2020).

Ainda nesse cenário das inserções do coletivo nas políticas públicas, existem muitos percalços e desafios, sobretudo porque são poucos repasses de verbas do Estado para o acolhimento desse segmento populacional, e principalmente pela carência de oportunidades para que a população LGBTQIA+ estejam dentro de diversos locais, do mundo do trabalho, da profissionalização, do lazer e da passabilidade no próprio território.

Entrevistada 3: Eu percebo que as políticas públicas, elas chegam? Chegam, mas chegam com uma certa dificuldade, com muito suor, muita luta da galera, a comunidade se articulando, acho que uma das minhas maiores referências nessa questão é também o CDVHS, que sempre teve à frente dessa luta, de tá lá pra trazer mesmo esse direito às políticas públicas, e é isso, como elas chegam no coletivo pra mim, o CCBJ também é uma grande ponte disso, ele também faz isso acontecer (18/12/2020).

Parte de recursos que sustentam as ações do coletivo juvenil, mas também a sobrevivência financeira e de sustento individual de integrantes parte do auxílio de financiamento de projetos de seleções de editais públicos de fomento, sejam internos do estado como deliberados pelo CCBJ, como outros externos e que são também oportunos para o coletivo. No momento da entrevista, ainda era uma realidade incipiente de experiências, mas que reconheciam como uma movimentação que precisa ser incessante, pois, se mostrou como uma alternativa viável de obtenção de subsídios financeiros para o trabalho do coletivo.

Entrevistado 2: Nós escrevemos uma vez pra o... gente, eu esqueci o nome, enfim, a gente escreveu um projeto uma vez pro Fundo Brasil Direitos Humanos e infelizmente a gente não passou, porque o processo era muito mais burocrático do que as ações que... e as ações que a gente tinha naquela época não estavam totalmente fechadas pra colocar no edital tal qual o edital pedia, mas mesmo assim a gente tentou. A gente já se inscreveu em outros editais pequenos também e da mesma forma, aí a gente parou um tempo, decidi se estruturar, trazer outras pessoas, porque era só eu e o Victor, e a gente entende que não é possível fazer um coletivo com duas pessoas, porque tal hora é muita ação pra pouca gente, pra pouca perna, e aí apareceu esse edital do CCBJ, de manutenção de grupos e coletivos da convocatória, e aí eu escrevi o edital, a gente passou e agora a gente tá recebendo uma grana, como o próprio nome diz, pra essa manutenção das nossas atividades, e tem sido assim, um respiro muito grande, tanto pra nós coletivo, em coletivo, tanto pra nós como pessoa, pessoal (18/12/2020).

Essas alianças feitas com algumas instituições no GBJ permitem que o coletivo também possa utilizar desses espaços para serem palco de suas intervenções artísticas e

educativas. Isto porque, como já dito anteriormente, não apenas são produzidas práticas culturais artísticas. O coletivo também se preocupa com o efeito que essas intervenções reverberam nas pessoas que convivem na comunidade.

Entrevistado 2: Para além do Centro Cultural, a gente também utiliza as praças, né, pra algumas das nossas ações, e vamos utilizar ainda mais depois que a gente estrear o nosso trabalho, a ideia é inclusive fazer uma rodada nas praças, pra que isso possa chegar também à comunidade. O CDVHS sempre, as nossas casas também ficam muito como apoio pra reuniões extraordinárias, a Casa Transformar também, que elas são maravilhosas, cedem o espaço sempre que a gente precisar, e eu acho que é isso por enquanto. Mas a gente também tem vários espaços de apresentações, que não são necessariamente de ensaio, mas que a gente pode utilizar pra jogar a nossa ideia, como as escolas, como o Quintal Cultural, enfim, é isso (18/12/2020).

Para sustentar um trabalho de alianças no território, o coletivo juvenil se insere também em outras organizações civis e movimentos sociais, dos quais maximizam redes de apoio, proteção e acolhimento não apenas para a população LGBTQIA+, como também para as diversas juventudes periféricas do GBJ. Estes espaços “abrem portas”,

Entrevistado 2: Nós estamos também dentro da rede DLIS [Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável], do Fórum de Juventude e da rede DLIS, e aí trocando com as instituições que fazem parte, com os coletivos e as instituições que fazem parte da rede DLIS, aí a gente vai como oficina, às vezes vai com apresentação, outras vezes a gente vai como ouvinte, porque é importante também, e é isso, né, e falar que nós dentro do Fórum de Juventudes movimentando a cultura e fazendo parcerias pra trabalhos conjuntos, também estamos em rede, em rede de coletivos LGBT's de Fortaleza, que no momento deu uma parada, que é essa rede que constrói a Parada pela Diversidade, e é isso. Todos os outros espaços que estiverem abertos a gente vai tá entrando, e os que não tiverem abertos a gente vai tacar o pé na porta, porque é nosso também (18/12/2020).

O coletivo juvenil se torna uma referencia nesse trabalho militante de acolhimento com a população LGBTQIA+ do GBJ. São forças afetivas e políticas que movem a atuação de juventudes preocupadas com a diversidade e a promoção da igualdade em territórios desvalorizadas e estigmatizados pelas raízes da meritocracia brasileira. São processos criados por meio das intervenções artísticas do coletivo, que invenções transformam vidas e sustentam projetos de vida reconhecidos em suas singularidades e condições plurais de existências, onde as políticas de genderização não são ofuscadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvir as/es/os integrantes do coletivo juvenil como representantes de uma territorialidade periféricas/es/os acerca de seus desafios, e sobretudo de suas lutas cotidianas pela conquista da visibilidade LGBTQIA+, estas/es/os encorajam que outras juventudes possam também encontrar na força de um coletivo a potência para criar redes de apoio e suporte em quaisquer espaços. A trajetória do coletivo indica resistência e perseverança para combater o preconceito e para produzir espaços de conscientização sobre as discussões da diversidade de gênero no GBJ.

Alguns analisadores, dos quais apresentamos didática para síntese de nossas análises, são cruciais para a compreensão do coletivo e sua rede constitutiva de intervenção no GBJ. Inicialmente são os aspectos subjetivadores: o sentimento de pertença ao território, o reconhecimento de uma vida juvenil marcada pela condição de periferização, e a integração com a comunidade, busca com esta fortalecer suas potencialidades. Já, na perspectiva da grupalidade do coletivo, seus aliançamento com os equipamentos, a comunidade, outros coletivos e movimentos sociais tornam suas intervenções consolidadas na busca pela promoção da igualdade e da diversidade no anseio de políticas públicas.

Do ponto de vista da execução de análise do estudo, salientamos suas carências de aprofundamento, e justificamos que por se tratar de um recorte de pesquisa maior que objetivou analisar outros processos, ponderamos essa limitação como a necessidade para que outros estudos, tanto na perspectiva do roteiro de entrevistas e da direção da pesquisa possa aprofundar, por exemplo, temas como da segurança pública, da passabilidade urbana dos corpos e da condição de exclusão social dessa população na periferia de Fortaleza. Portanto, ao indagarmos sobre as questões elencadas e discutidas nesse estudo, passeamos pela vulnerabilização e precarização da vida da população LGBTQIA+ quando estas/es/os falaram sobre suas motivações, seus entusiasmos, suas frustrações e suas indignações.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT. **cadernos pagu**, p. 279-310, 2016.

AMÂNCIO, L. O gênero e a psicologia: uma história de desencontros e rupturas. **Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 9-26, 2001.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Pista 7: cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Ed. 1. 6ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2001.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3: cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Ed. 1. 6ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BARROS, João Paulo Pereira; ACIOLY, Lilith Feitosa; RIBEIRO, Júlia Alves Dias. Retratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micropolíticas. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 115-128, jan./jun. 2016.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230093, 2018.

BARROS, J. P. P.; PAIVA, L. F. S.; RODRIGUES, J. S.; DA SILVA, D. B.; LEONARDO, C. DOS S. "Pacificação" nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 117-128, 1 jan. 2018.

BARROS, João Paulo Pereira et al. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jan. 2022.

BILITÁRIO, Bruno Freitas; FREIRE, Rebeca Sobral. "A imundícia tá de calcinha": linchamento de travesti Dandara na periferia de Fortaleza-CE, Brasil. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 8, n. 12, p. e132003-e132003, 2020.

CAVALCANTE, Laisa Forte et al. Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. **DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud**, n. 30, p. 30-50, 2021.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**: relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza. Ceará, 2016. Disponível em: <<http://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-final-cada-vida-importa/>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2021.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**: relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <<http://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-de-atividades-2017-1/>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2021.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**: relatório do primeiro semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza. Ceará, 2018. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wpcontent/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf>. Acesso em: 28 de Outubro de 2021.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**: relatório do primeiro semestre de 2019 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza. Ceará, 2019. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio2019_1.pdf>. Acesso em: 28 de Outubro de 2021.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa:** relatório do primeiro semestre de 2020 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza. Ceará, 2020. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Relat_CVI_20.1.pdf> . Acesso em: 28 de Outubro de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** G. Deleuze, O mistério de Ariana. Lisboa: Editora: Vega, 1996.

DIÓGENES, Glória. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. **Estudos avançados**, v. 34, p. 373-390, 2020.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **cadernos pagu**, p. 311-340, 2016.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia Saber-Poder**. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**, Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade:** curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. 1:** a vontade de saber. Rio de janeiro: Graal, 1988.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativo com texto, imagem e som:** um manual prático. BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Org.). Tradução de Pedrinho Guareschi. Ed. 7. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2008, p. 64-89.

GOIZ, Juliana Almeida. Identidade marginal: processos culturais na periferia. **Revista Convergência Crítica**, n. 8, 2015.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos et al. E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, 2021.

HINKEL, Jaison; MAHEIRIE, Kátia. Rap-rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 90-99, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora, São Paulo**, v. 16, p. 101-123, 2014.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R. & BESSET, V. L. (Orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trapera/FAPERJ, 2008.

KASTRUP, V. Pista 2: o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Ed. 1. 6º Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas de. Lucas de. **“Spray nas mãos, afetos nos muros”**: cartografia de inter(in)venções do graffiti no cotidiano de jovens inventores. 2020.193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Rev. Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/46833/29119>. Acesso em: 04.02.2021.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 79-86, 2020.

MELO, George Souza. O caso de Dandara dos Santos: sobre a violência e o corpo dissidente. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 72-84, 2018.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

DA SILVA NOLETO, Rafael. Banalidade do Mal, Anestesia Cultural, Comunidades Sexualidades e Transfeminismos: Algumas Reflexões. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 2, 2018.

PASSOS, E. ; BARROS, R. B. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Ed. 1. 6º Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PORCHAT, Patricia; OFSIANY, Maria Caroline. Quem habita o corpo trans?. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

ROCHA, M.L.; AGUIAR, K.F. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise, **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, pp. 648-663, 2007.

ROCHA, M.L.; AGUIAR, K.F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 23, no. 4, p. 63-77, 2003.

SADE, Christian.; FERRAZ, G.C.; ROCHA, J.M. Pista da Confiança: o ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiências compartilhada e aumento da potência de agir. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 453-472, 2017.

SANTOS, Gustavo Gomes da costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, p. 179-179, 2016.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. Sobreminorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. **Análise Social**, p. 700-726, 2014.

SILVA, Vinicius Alves. O Fervo, a Diversidade Sexual e de Gênero e a Pedagogia da Prevenção. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 4, 2018.

SOUSA, Ingrid Sampaio de; NUNES, Larissa Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Interseccionalidad, femi-geno-cidio y necropolítica: muerte de mujeres en las dinamicas de la violencia en Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude (s) periférica (s) e subjetivações: narrativas de (re) existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 256-262, 2019.

TEDESCO, A. H.; SADE, Christian.; ROCHA, J. M. E. Pista da Entrevista: A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.